

190

297
 7630

7

Indígenas querem a integração da escola

Os povos indígenas do País não querem mais ficar alienados da sociedade brasileira e cada vez mais reivindicam a implantação de projetos de educação indígena em suas aldeias, cuja responsabilidade, desde 91, por força do Decreto Federal nº 26, foi repassado pela União para os estados e municípios. Em Mato Grosso, grande parte dos municípios não tem condições financeiras de implantar programas desta natureza, que ainda encontram pontos de estrangulamento na falta de know-how, grandes distancias e na diversificação de culturas.

A análise é de Darci Scchi, assessor de educação indígena do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Prodeagro), que na semana passada esteve participando do IV Seminário Regional de Agências Indigenistas e Educacionais do Polo do Xingu, realizado no Hotel Jaguar, em Cuiabá. Segundo o assessor, no Estado existem povos que já possuem educação até o segundo grau, outros em fase de alfabetização e também os que não tiveram ainda nada neste sentido.

O assessor de educação indígena do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, disse que aqui o segundo grau já foi implantado nas comunidades indígenas dos Municípios de Tangará da Serra e de Água Boa. Na região do Xingu, os índios estão ainda em fase de alfabetização. O Seminário detectou que no Xingu vivem 17 povos, numa população de 3.500 índios, com uma estimativa de 1.100 alunos para 27 escolas.

O Governo de Mato Grosso, de acordo com Scchi, visando a elaboração de um progra-

ma escolar de educação para os 34 povos que aqui vivem, dividiu as áreas indígenas em cinco polos regionais: Xingu, Comodoro, Tangará da Serra, Água Boa e Brasnorte. Em cada um destes polos, como enfatiza Scchi, está sendo verificada a demanda escolar indígena existente e definidos os programas de educação indígena, que serão desenvolvidos com órgãos governamentais e ONG's (Organizações Não Governamentais), razão pela qual estão realizados seminários como o já citado.

O resultado dos seminários serão submetidos ao Comitê de Educação Escolar Indígena, que é composto de representantes do Ministério da Educação e do Desporto, da Funai (Fundação Nacional do Índio), de universidades, do Conselho dos Secretários de Educação, da Associação Brasileira de Antropologia, da Associação Brasileira de Linguística, de ONG's, além dos povos Pareci (Região Centro-Oeste), Makuxi (Região Norte) e Kaingang (Região Sul).

No caso do Xingú, o Seminário vai levar ao Comitê a proposta de que

a AVA (Associação Vida e Ambiente), com sede em Brasília e atuações com povos indígenas do Pará e Mato Grosso, se responsabilize pela formação dos professores indígenas. Segundo Laura Valero, diretora administrativa e financeira da AVA, a entidade vem trabalhando na região do Xingu desde 1.989, já tendo formado diversos professores indígenas. Este tipo de educação deve ser dirigido, segundo ela, de forma a garantir o respeito à diversidade e à especificidade dos povos indígenas e a alta qualidade da educação escolar em seu meio